

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Sessão Deliberativa – 26/05, às 14h – Plenário da Câmara dos Deputados

Está prevista Sessão Deliberativa semipresencial para a apreciação de vetos.

VET 46/2021 – Veto parcial apostado ao PL 2.108/2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), em relação à Lei de Segurança Nacional e Crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Resultado: Sessão Deliberativa cancelada.

SENADO FEDERAL

Plenário – 24 e 25/06, às 16h e 26/05, às 10h

As sessões deliberativas no Plenário do Senado desta semana ocorrerão na terça, quarta e quinta-feira, sob o regime remoto e semipresencial. São aguardadas a leitura e a posterior apreciação das seguintes Medidas Provisórias:

- MP 1.080/2021, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol);
- MP 1.085/2021, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP, para simplificação dos procedimentos relativos aos registros públicos de atos e negócios jurídicos;
- MP 1.087/2021, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 167.288.600,00, para distribuição de cestas de alimentos à população quilombola;
- MP 1.090/2021, que estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies;
- MP 1.092/2021, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 700.000.000,00, para o enfrentamento das consequências das fortes

chuvas nos estados de MG e BA;

- MP 1.095/2021, que revoga dispositivos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, referentes à tributação especial da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas;
- MP 1.096/2022, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 550.000.000,00, para atender as ações de Defesa Civil relativas a socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais nos estados da federação que decretaram estado de emergência e/ou calamidade pública, em decorrência de chuvas intensas;
- MP 1.097/2022, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Infraestrutura, no valor de R\$ 418.000.000,00, para viabilizar ao DNIT a reconstrução de infraestruturas rodoviárias danificadas pelas chuvas intensas em vários estados brasileiros;
- MP 1.098/2022, que dispõe sobre procedimentos de suspensão de concessões ou de outras obrigações na hipótese de descumprimento de obrigações multilaterais por membro da Organização Mundial do Comércio;
- MP 1.099/2022, que institui o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e o Prêmio Portas Abertas.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: Nesta semana, o Plenário do Senado Federal optou por colocar em votação as Medidas Provisórias que estavam próximas do fim de suas vigências.

Apenas a MP 1.085/2021, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP, não foi apreciada, porém seu parecer foi lido na sessão deliberativa de quinta-feira,

26/05, e a MP está pautada para a próxima semana.

Foram aprovadas as seguintes Medidas Provisórias, para a sua posterior promulgação:

- MP 1.087/2021, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 167.288.600,00, para distribuição de cestas de alimentos à população quilombola;
- MP 1.091/2021, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022;
- MP 1.092/2021, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 700.000.000,00, para o enfrentamento das consequências das fortes chuvas nos estados de MG e BA;
- MP 1.093/2021, para dispor sobre a divulgação do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social;
- MP 1.096/2022, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 550.000.000,00, para atender as ações nos estados da federação que decretaram estado de emergência e/ou calamidade pública, em decorrência de chuvas intensas;
- MP 1.097/2022, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Infraestrutura, no valor de R\$ 418.000.000,00, para viabilizar a reconstrução de infraestruturas rodoviárias danificadas pelas chuvas intensas em vários estados brasileiros
- MP 1.098/2022, que dispõe sobre procedimentos de suspensão de concessões ou de outras obrigações na hipótese de descumprimento de obrigações multilaterais por membro da Organização Mundial do Comércio;

Foram também aprovados os seguintes Projetos de Lei de Conversão, provenientes das Medidas Provisórias, que deverão ir à sanção presidencial:

- MP 1.080/2021, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das

Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol);

- MP 1.090/2021, que estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies; e
- MP 1.099/2022, que institui o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e o Prêmio Portas Abertas.

E também foi aprovada a MP 1.095/2021, que revoga dispositivos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, referentes à tributação especial da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas, mas esta proposição deverá retornar à Câmara dos Deputados para votação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 23 a 26/05 – Sessão deliberativa

É aguardada a leitura das seguintes Medidas Provisórias, que depois de serem lidas, passarão a sobrestar a pauta:

- MP 1.089/2021, que dispõe sobre o transporte aéreo – voo simples. Votação do texto da proposição modificado no Senado Federal;
- MP 1.091/2021, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022;
- MP 1.093/2021, que dispõe sobre a divulgação do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social;
- MP 1.100/2022, que promove ajustes na cobrança da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a cadeia de produção e de comercialização de etanol hidratado

combustível;

- MP 1.101/2022, que dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da Covid-19 nos setores de turismo e de cultura.

Também poderão ser deliberados requerimentos de urgências e proposições legislativas, dos quais destacam-se:

- PL 4.438/2021, que altera o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), para estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la;
- PL 1.776/2015, que inclui no rol de crimes hediondos os crimes de pedofilia.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta, mediante acordo de líderes.

Resultado: O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na sessão deliberativa de terça-feira, dia 24/05, a MP 1.089/2021, que dispõe sobre o transporte aéreo – voo simples, com as modificações propostas pelo Senado Federal. A matéria vai à sanção presidencial.

Na mesma sessão deliberativa de terça-feira, também foram aprovadas a MP 1.091/2021, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022; e a MP 1.093/2021, que dispõe sobre a divulgação do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social. Ambas as matérias seguiram para análise do Senado Federal.

As demais proposições acima destacadas não foram apreciadas.

**Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP - 24/05 -
9h30 – Plenário 12**

PL 2.789/2021, que cria nova hipótese de improbidade administrativa.

A relatora, Deputada Fernanda Melchionna (Psol/RS), apresentou parecer pela aprovação da matéria, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PLP 409/2014, que institui a Lei da Meritocracia, através do Planejamento Estratégico da Administração Pública Brasileira e do Sistema Nacional de Gestão de Alto Desempenho, autoriza a celebração de Acordos de Resultados e Contratos de Gestão e dá outras providências.

O relator, Dep. Tiago Mitraud (NOVO-MG), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

<p>Comissão de Constituição e Justiça – 24/05, às 13h; 25/05 e 26/05, às 9h - Plenário 01</p>
--

PEC 68/2007, que proíbe o sigilo processual nos casos de crimes praticados contra a Administração Pública.

O relator, Deputado Kim Kataguirí (União/SP), apresentou parecer pela sua admissibilidade, juntamente com a PEC 34/2015, acrescenta a alínea "a" ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal, vedando a concessão de sigilo de justiça nas ações judiciais que versarem sobre lesões contra o patrimônio público de natureza cível ou criminal.

Resultado: Não deliberado.

PEC 163/2012, que dá nova redação aos arts. 93, 95 e 103-B, da Constituição Federal, para vedar a concessão de aposentadoria como medida disciplinar e estabelecer a perda de cargo de magistrado nos casos de quebra de decoro.

O relator, Deputado Kim Kataguirí (União/SP), apresentou parecer pela sua admissibilidade. A PEC 505/2010, foi desapensada desta.

Resultado: Não deliberado.

PL 4.895/2020, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o

crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 4.483/2020, que altera os artigos 7º e 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aperfeiçoar o bloqueio de bens e garantir os resultados da ação de improbidade administrativa.

O relator, Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

<p align="center">Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 24/05 – 1 4 h - Plenário 06</p>
--

PL 5.417/2020, que estabelece normas para publicidade de armas de fogo em todo território nacional e dá outras providências.

O relator, Deputado Eli Correa Filho (DEM/SP), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

Resultado: Não deliberado.

<p align="center">GT do novo Código de Processo Penal (CPP) - 24/05 – 15h30 – Plenário 08</p>
--

Apreciação das emendas ao Substitutivo do Relator, item "d" do Roteiro de Trabalho.

Título VIII (Da Prova) - art. 236 a 320. (Apreciação nos termos do art. 50, III, "a", do Regimento Interno).

Deputado João Campos (Republicanos/GO);

Relator Deputada Margarete Coelho (PP/PI) – Coordenadora.

Resultado: Reunião Deliberativa realizada.

<p align="center">Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – 25/05 – 09h – Plenário 02</p>
--

PL 8.631/2017, que estabelece distância mínima para a implantação de indústrias que tenham emissões gasosas de SO₂, SO₃ e NO_x no entorno de unidades de conservação em terras indígenas e quilombolas.

O relator, Deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

Comissão de Minas e Energia – 25/05 – 10h - Plenário 14

PL 2.945/2021, que dispõe sobre medidas de proteção complementar às pessoas que vivem no entorno de empreendimentos minerários a partir da vedação de exploração mineral em áreas nas quais tenha havido deslocamento forçado de pessoas devido a suposto ou efetivo risco de acidente ou desastre causado por extravasamento ou rompimento iminente ou consumado de barragem de rejeitos e/ou água.

O relator, Deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

Resultado: Aprovado o parecer do Relator, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela rejeição. A proposta será encaminhada à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia – CINDRA, da Câmara dos Deputados.

Comissão dos Direitos da Mulher - 25/05 – 15h30 – Plenário 14

Está prevista Audiência Pública Semipresencial para discutir a proteção dos direitos das crianças e das mulheres indígenas.

Convidados:

- 1) **ALISSON MARUGAL - Procurador da República, representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;**
- 2) Representante do Ministério da Justiça;
- 3) Representante da Fundação Nacional do Índio - Funai;

- 4) JULISSA MANTILLA FALCÓN - Presidente da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CONFIRMADA);
- 5) Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB;
- 6) LUANA VASCONCELOS, Secretária-Substituta da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, do Ministério da Saúde.

Resultado: Reunião realizada.